



J.Freitas

Parlamento do Mercosul reunido: energia de Itaipu também está na pauta

Parlasul discutirá impasse entre Brasil e Argentina

Alfândega argentina impediu, na semana passada, a entrada de 20 caminhões que transportavam milho em conserva. A alegação foi de que estava proibida a importação de similares aos produzidos no país. **7**

Governo quer votar hoje Fundo Social do pré-sal

Relator Romero Jucá espera que proposta seja examinada hoje pelo Plenário. Parte referente ao sistema de partilha na exploração do petróleo é incorporada ao projeto mediante emenda

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, relator do projeto que cria o Fundo Social a ser formado com recursos do pré-sal, quer levar hoje o texto à votação do Plenário. Por uma emenda do relator, foi incorporada à proposta a parte referente ao sistema de partilha na exploração do petróleo, que estava em

outro projeto do marco regulatório do pré-sal. Como é matéria de lei ordinária, o Fundo Social pode ser aprovado pela metade mais um dos senadores presentes. Já o senador Antonio Carlos Júnior, relator na CCJ do projeto de capitalização da Petrobras, que pode ser votado amanhã em Plenário, afirma que a proposta é inconstitucional. **3**

Juristas levam a Sarney proposta que pode acelerar processos judiciais

Após sete meses de trabalho, a comissão de juristas entrega hoje a José Sarney sua proposta de novo Código de Processo Civil. Expectativa é reduzir

em até 70% tempo de tramitação das demandas. Confira os principais pontos da iniciativa, que vai à CCJ, e exemplos de lentidão da Justiça. **4 e 5**

especial Cidadania

Planos de saúde devem garantir mais 70 coberturas

Entrou em vigor ontem norma da Agência Nacional de Saúde Suplementar que amplia rol de procedimentos. **8**

Senado Federal promove a IV Semana do Meio Ambiente

Campanha Faça a coisa certa e debate internacional sobre contratações públicas sustentáveis são destaque na programação, que se estende até sexta-feira. **2**



Morel/Variz

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, senador Fernando Collor de Mello (C, ao microfone) coordena audiência pública para consolidar sugestões

Comissão reúne sugestões para melhorar recursos humanos

Melhorar a qualidade do ensino, com incentivo a empresas que investirem em qualificação profissional, estimular o ensino a distância e promover parcerias entre universidades e centros de pesquisa são

algumas das 118 sugestões recebidas pela Comissão de Infraestrutura durante o ciclo de debates sobre recursos humanos para inovação e competitividade, encerrado ontem. **6**

Apresentação da campanha Faça a coisa certa marca hoje, às 9h30, abertura da comemoração, que inclui congresso, exposições e concurso

Senado celebra IV Semana do Meio Ambiente

O SENADO REALIZA até sexta-feira a IV Semana do Meio Ambiente, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho). A programação da semana inclui exposições, debates e outras atividades relacionadas à preservação ambiental.

A cerimônia de abertura da semana será realizada hoje, às 9h30, no Salão Branco, quando acontecerá a apresentação da campanha Faça a coisa certa

e o lançamento da página na internet do programa Senado Verde. Na solenidade ainda será lançado o II Concurso de Fotografia do Legislativo Federal, que este ano abordará o tema energia.

Ações

A campanha Faça a Coisa Certa foi criada pela Subsecretaria de Projetos Especiais do Senado com a finalidade de apresentar o sistema de coleta seletiva do

Senado e conscientizar funcionários e visitantes sobre a importância da reciclagem de materiais. A campanha conta com fotografias em tamanho natural de servidores da Casa e destaca o valor de atitudes simples, que, incorporadas ao dia a dia, contribuem para economizar recursos naturais e, assim, preservar a natureza.

Realizado em parceria com o Programa Ecocâmara, da Câmara dos Deputados, com o

TCU Ecologicamente Correto, do Tribunal de Contas da União, e com o sindicato dos servidores do Legislativo federal e do TCU (Sindilegis), o concurso de fotografia está aberto aos servidores dessas instituições. As regras e a ficha de inscrição serão publicadas na página do Senado Verde.

Durante esta semana, o Senado Verde vai recolher pilhas e baterias para encaminhar à reciclagem, também dentro da programação da Semana do Meio Ambiente. O ponto de coleta está instalado no espaço Ivandro Cunha Lima.

Os visitantes do Senado também poderão apreciar a exposição *Qual a Energia Queremos para a Nossa Vida?*, montada

na Senado Galeria até 18 de junho. A mostra apresenta os principais tipos de energia que compõem a matriz brasileira. Pequenos instrumentos também vão mostrar como os hábitos de consumo dos brasileiros afetam o meio ambiente.

Outra exposição apresentará as poltronas Kyoto, fabricadas com materiais reaproveitados. A mostra será aberta hoje e ficará até o dia 14 de junho, no Salão Branco.

A programação também inclui a realização do Congresso Internacional de Contratações Públicas Sustentáveis, iniciado ontem e que prossegue até amanhã, com transmissão ao vivo no site do Interlegis (www.interlegis.gov.br).



No auditório do Interlegis, programa Senado Verde e Ministério do Planejamento promovem seminário internacional

Congresso discute licitações de bens sustentáveis

Como parte da IV Semana do Meio Ambiente do Senado Federal, foi aberto ontem o Congresso Internacional de Contratações Públicas Sustentáveis, em que especialistas do Brasil e de outros países discutem o incentivo a licitações públicas de bens e serviços sustentáveis. O evento, organizado pelo programa Senado Verde e pelo Ministério do Planejamento, ocorre no auditório do Interlegis.

Participaram da abertura do congresso o diretor-adjunto de Cidadania e Responsabilidade

Socioambiental do Ministério do Meio Ambiente, Geraldo de Abreu; o secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Francisco Gaetani; o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler; a diretora-geral adjunta do Senado, Andréa Valente; e o diretor de Auditoria da Área Econômica da Controladoria-Geral da União (CGU), Marcos Manzochi.

O congresso, que segue até amanhã, reúne especialistas nacionais e internacionais da

área de licitações públicas, compradores do governo e representantes dos órgãos de controle. O evento debate aspectos jurídicos, mercado de bens e serviços sustentáveis, além de apresentar práticas nacionais e internacionais nessa área.

O congresso é uma iniciativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, voltada para a difusão das aquisições públicas de bens e serviços que causem menos impactos ao meio ambiente.

Obras impressas em braile chegam ao 53º título

Pioneiro entre os órgãos públicos brasileiros a lançar publicações em braile, o Senado Federal chegou ao seu 53º título: a *Legislação eleitoral e política*. O diretor-executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Gráfica do Senado), Florian Madruga, disse em Imperatriz (MA) que, no segundo semestre de 2010, a prioridade será a impressão das obras literárias do Conselho Editorial. Florian representou a instituição na solenidade de entrega do kit braile do Senado durante o 8º Salão do Livro de Imperatriz.

Dos 53 títulos em braile que fazem parte do catálogo de publicações do Senado, destacam-se a Constituição federal e as constituições de 16 estados brasileiros. No estande do Senado instalado no Salão do Livro de Imperatriz, Florian, o prefeito da cidade, Sebastião Madeira, e o secretário de Educação, Zesiel Ribeiro, entregaram os livros para representantes da Associação de Deficientes Visuais Deus é Fiel, da Biblioteca Pública de Imperatriz e do Centro Municipal de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais.

Adaílo Sobral da Silva disse que os livros serão muito úteis a ele e aos demais filiados à Associação Deus é Fiel e pediu aos senadores que exijam o cumprimento de algumas leis, como a que dá prioridade aos portadores de deficiência visual nas filas de banco.



Florian (2º à esq.) entrega livros a entidades de Imperatriz

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário CPP pode ser votado em sessão pela manhã

10h Sessão extraordinária do Plenário para votar a reforma do Código de Processo Penal (CPP). Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta continua trancada por MPs e por projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal.

Presidência Anteprojeto de reforma do CPC

15h O presidente do Senado, José Sarney, participa, no Salão Nobre, da cerimônia de entrega do anteprojeto de novo Código de Processo Civil, elaborado pela comissão de juristas criada pelo Senado. Às 16h, preside a ordem do dia.

CAS Atuação de médicos formados no exterior

9h A Comissão de Assuntos Sociais debate em audiência pública projeto que trata da atuação, no Brasil, de profissionais de saúde estrangeiros, especialmente em áreas com carência desses profissionais. Foram convidados, entre outros, Francisco Batista Júnior, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS); e Roberto d'Ávila, presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM).

CRA Redução de contribuição do turfe

9h30 A redução da base de cálculo da contribuição devida pelas entidades de turfe à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalinho Nacional é o que determina um dos projetos que serão examinados pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CAE 14º salário na educação básica

10h Proposta que cria o 14º salário para profissionais de educação básica da rede pública é um dos itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos. Na primeira parte da reunião, será analisada a mensagem presidencial reconduzindo Vinícius Marques de Carvalho ao Cade.

CE Veto a quem explora trabalho escravo

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa, entre outras proposições, a que veda a atribuição a logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão de obra escrava.

CMA Cadastro único de obras inacabadas

11h30 Três projetos têm decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, entre os quais o que prevê a criação de um cadastro geral de obras inacabadas. Também em pauta proposta que obriga a oferta de meia-entrada na internet.

CRE Embaixadores na Austrália e em Mianmar

14h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota a indicação de Rubem Antônio Corrêa Barbosa para embaixador na Austrália e, cumulativamente, em Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, e a de José Carlos da Fonseca Júnior para embaixador em Mianmar.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



ACM Júnior: capitalização será aprovada, mas é inconstitucional

Relator na CCJ explica por que vai votar contra

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) informou ontem que vai apontar as inconstitucionalidades do projeto de capitalização da Petrobras (PLC 8/10) e votar contra a matéria, que deverá ser analisada pelo Plenário amanhã. Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ele avaliou, no entanto, que o governo conseguirá aprovar o projeto.

A capitalização da Petrobras prevê que o governo vai emitir, com valor de mercado, títulos da dívida pública no valor, também de mercado, de 5 bilhões de barris de petróleo. O correto, na opinião do senador, seria um aumento de capital puro e simples, com o governo brasileiro comprando ações nesse valor. Esse tipo de capitalização, afirmou ele, seria inconstitucional por ferir a livre concorrência, dando vantagens a uma estatal.

– Outra inconstitucionalidade é introduzir o sistema de partilha por projeto de lei – disse.

O senador concorda que, sem a capitalização, a Petrobras não poderá fazer frente aos investimentos sem comprometer a relação dívida/capital, estabelecida pelas agências internacionais de risco. Antonio Carlos Júnior destacou ainda que a empresa terá participação de 30% em todos os consórcios que vão explorar o pré-sal, o que a expõe a um enorme risco em caso de acidente, como ocorreu no Golfo do México com a British Petroleum.

Já o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio Amaral (PT-MS), acredita que o projeto será aprovado sem grande dificuldade e seguirá direto à sanção presidencial. Com a aprovação e a sanção, o capital da Petrobras poderá crescer em até 40%, segundo estimativas do mercado.



Delcídio Amaral, relator na CAE, não vê dificuldade para aprovação

Proposta não requer maioria do total de senadores para ser aprovada. Com a incorporação, pelo relator, da parte referente ao sistema de partilha, o texto precisa voltar à Câmara. Projeto sobre *royalties* será votado após eleições

Romero Jucá quer votar hoje criação do Fundo Social e sistema de partilha

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que substituiu Renan Calheiros (PMDB-AL) na relatoria do projeto que cria o Fundo Social a ser formado com recursos do pré-sal (PLC 7/10), quer levar o texto à votação do Plenário hoje. Por uma emenda do relator, foi incorporada à proposta a parte referente ao sistema de partilha na exploração do petróleo, que estava em outro projeto do marco regulatório do pré-sal, o PLC 16/10.

Como é um projeto de lei ordinária, o Fundo Social pode ser aprovado com a metade mais um dos senadores presentes – não requerendo maioria do

total de senadores.

Com a incorporação de toda a parte relativa ao sistema de partilha, o projeto do Fundo Social precisa retornar à Câmara, mas os deputados deverão apenas rejeitar ou aprovar a matéria, não podendo fazer mudanças no mérito. Já o PLC 16/10 passará a tratar apenas dos *royalties* e participações especiais, perderá a urgência e deverá ser votado após as eleições.

No sistema de partilha, a empresa que extrair o petróleo pagará à União com o produto, e não mais em dinheiro – como ocorre no sistema de concessões. Com a nova sistemática, será possível a formação do

Fundo Social, sem que os recursos tenham que ser repassados a estados e municípios, seja como *royalties*, seja como participações especiais.

O dinheiro do Fundo Social, resultado da venda do petróleo que a União vai receber das empresas exploradoras, será usado em áreas como saúde, educação, infraestrutura e previdência social. Ficará depositado no exterior, entre outras modalidades, em títulos do Tesouro norte-americano, como se fosse um fundo soberano.

– Se esse dinheiro entrar todo no Brasil, provocará uma valorização exagerada do Real, o que vai prejudicar as exportações

brasileiras, tanto industriais como agrícolas, com possibilidade até de se criar o fenômeno conhecido como doença holandesa – explicou o senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia.

Doença holandesa é o termo utilizado para descrever a crise enfrentada pela economia da Holanda nos anos 1970, quando foram descobertos grandes depósitos de gás natural no país. O excesso de dólares que entraram no país pelas exportações de gás valorizou o florim holandês, desvalorizou o dólar e praticamente destruiu a indústria da Holanda, cujos produtos perderam competitividade no exterior.



Empresa que fizer a extração pagará à União com petróleo e não mais em dinheiro, possibilitando a formação do Fundo Social, sem o repasse a estados e municípios

Paim defende parte dos recursos do pré-sal para aposentados

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender que parte dos recursos do Fundo Social seja destinada à recomposição dos rendimentos de aposentados e pensionistas que recebem acima do salário mínimo. Ele reiterou ontem que apoia emenda com esse objetivo apresentada ao projeto que cria o Fundo Social.

Paulo Paim é relator desse projeto de lei (PLC 7/10) na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). De acordo com a emenda, no mínimo 5% dos recursos do fundo teriam de ser destinados à recomposição defendida por ele.

– Quero que os aposentados que ganham mais que o mínimo tenham seus rendimentos corrigidos com o mesmo índice assegurado ao salário mínimo – declarou.

O senador assinalou que o salário mínimo foi reajustado em aproximadamente 45% entre 2007 e 2010. Já as aposentadorias acima desse piso, acrescentou ele, tiveram um “prejuízo” de mais de 25% nesse mesmo

período. Paim afirmou que “a atual sistemática de reajuste dos proventos dos aposentados está, na prática, promovendo um significativo achatamento das aposentadorias dos trabalhadores do setor privado, principalmente nos últimos 20 anos”.

Royalties

Quanto ao projeto de lei que trata dos *royalties* e das participações especiais (PLC 16/10), Paim voltou a apoiar as alterações sugeridas pela Confederação Nacional dos Municípios. A entidade propôs uma emenda estabelecendo, entre outras mudanças, que uma parte dos *royalties* (referentes ao regime de partilha) e das participações especiais (oriundas dos contratos de concessão) seja distribuída a todos os estados e municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

Paim observou que a proposta da Confederação Nacional



No mínimo 5% do Fundo Social devem recompor rendimentos, sugere Paim

dos Municípios não deixa de contemplar os estados e municípios produtores, inclusive em caso de perda com a mudança das regras.

Salário mínimo

Outro assunto abordado pelo senador foi a demanda, em seu estado, para que haja um aumento do salário mínimo regional. Ele lembrou que esse piso foi instituído no Rio Grande do Sul no governo de Olívio Dutra (PT) e já esteve 28% acima do salário mínimo nacional, “di-

ferença que hoje praticamente não existe”.

Segundo Paim, o governo do estado propôs um reajuste de 6,9%, enquanto os trabalhadores gaúchos pleiteiam um aumento de aproximadamente 14%. Um projeto de lei sobre o reajuste tramita na assembleia legislativa do estado.

– Faço um apelo aos deputados estaduais do meu estado para que atendam o pedido dos trabalhadores e encontrem uma alternativa que se aproxime do índice de 14% – declarou.

Comissão de Serviços de Infraestrutura encerra debates do semestre sobre preparação de recursos humanos para inovação e competitividade, dentro da Agenda Desafio 2009-2015



Fernando Collor (à esq., ao microfone) preside reunião para consolidação das sugestões obtidas em audiências públicas

Melhor ensino para formar profissional mais qualificado

MELHORAR A QUALIDADE do ensino em todos os níveis, com a oferta de incentivo fiscal a empresas que investem em qualificação profissional, sobretudo na área de engenharia, e estímulo ao ensino a distância e a parcerias internacionais entre as universidades e centros de pesquisa. Essas foram algumas das 118 sugestões apresentadas durante o ciclo de debates Agenda Desafio 2009-2015: recursos humanos para inovação e competitividade, realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ao longo deste semestre.

A discussão foi encerrada ontem com uma audiência pública destinada a consolidar os temas

abordados nas últimas 12 reuniões. As sugestões agora serão reunidas em um relatório final, que em breve será encaminhado aos representantes dos diversos setores que participaram das discussões, a serem retomadas no segundo semestre.

– Todo o trabalho que realizamos nos últimos meses vem demonstrar a preocupação por parte da iniciativa privada e do mundo acadêmico de fazermos um enorme esforço para capacitar a mão de obra já formada – afirmou o presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL).

Nessa última audiência pública, o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Guimarães, reiterou que o maior gargalo do Brasil encontra-se na educação básica, sobretudo no ensino de Matemática e Ciências.

Também participaram da reunião da comissão o diretor-presidente da Aker Solutions do Brasil, Marcelo Taulois; o presidente da Vivo, Roberto Lima; o professor de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Marcos Freitas; o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Carlos Ganem; e o presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Ailton Brasiliense, entre outros.

Encontro discute atuação de CPIs contra pedofilia

Os senadores José Nery (PSOL-PA) e Magno Malta (PR-ES), integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, participaram ontem do seminário Violência Sexual Contra a Criança: legislação e desafios. O encontro ocorreu em Belém e debateu a atuação das CPIs do Senado e da Assembleia Legislativa do Pará sobre o tema.

José Nery informou que os participantes do seminário discutiram, na primeira parte do encontro, as medidas legislativas aprovadas e em tramitação nas duas Casas para fortalecer o combate aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Ele destacou a mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou a criminalizar a posse de material pornográfico, uma proposta



Magno Malta participou de seminário sobre comissões do Senado e do Pará

da CPI da Pedofilia do Senado aprovada em 2008.

Um dos objetivos do seminário, acrescentou o senador, é também deixar mais clara a legislação sobre abuso sexual e quais situações podem ser

classificadas como crime. Para transmitir esse conhecimento ao maior número de pessoas, disse ele, também é preciso intensificar a mobilização e criar uma verdadeira rede de enfrentamento à pedofilia envolvendo escolas, conselhos tutelares, igrejas e todos os movimentos sociais que têm compromisso com o combate ao abuso de crianças e adolescentes.

José Nery informou ainda que os participantes aprovaram uma moção de repúdio à contratação da rede de hospitais privados do ex-deputado estadual Luiz Sefer, que renunciou ao mandato após a acusação de ter abusado sexualmente de uma criança. Sua rede hospitalar participa da licitação para a gestão do hospital metropolitano de Belém, algo que, em sua opinião, é um absurdo.

Dossiê contra Serra leva a protesto de Alvaro Dias

Diante de reportagem da edição desta semana da revista *Veja* em que o delegado federal aposentado Onésimo Sousa afirma ter recebido proposta no valor de R\$ 1,6 milhão para grampear o telefone do pré-candidato à Presidência da República José Serra, com a finalidade de utilizar o material para prejudicá-lo na campanha eleitoral, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu que o governo promova a responsabilidade civil e criminal dos responsáveis.

Conforme a reportagem, o pedido teria partido da equipe do comitê de campanha do PT à Presidência da Repúbli-

ca, tendo à frente os jornalistas Luiz Lanzetta – supostamente representante do ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel – e Amauri Ribeiro, além do empresário Benedito de Oliveira, que seria ligado ao governo Lula.

– Estamos aqui para condenar essa prática – disse o senador, ao anunciar que o seu partido tomará as providências judiciais cabíveis no caso.



Alvaro Dias

Combate ao crack é programa de qualquer governo, diz Heráclito

O avanço do consumo de crack no país exige envolvimento e determinação dos governos federal, estaduais e municipais na construção de políticas de combate à droga, defendeu ontem Heráclito Fortes (DEM-PI).

– Temos de encontrar algum caminho para coibir o uso, porque o crack se banalizou – afirmou. Nesse sentido, acrescentou o senador, um plano para coibir o consumo da droga não pode ser objeto de proselitismo eleitoral.

– Combate ao crack não é privilégio de candidatura nenhuma, não – reiterou.

Os governos dos estados

de São Paulo e do Paraná foram elogiados por Heráclito pelo reforço da fiscalização nas estradas.

O senador também mencionou que o presidente Lula teve sete anos para tomar providências nesse setor e não o fez. Paulo Paim (PT-RS) ressaltou que o Senado realizou dois debates sobre o assunto e Papaléo Paes (PSDB-AP) concordou que a droga exige “ações de governo e não de candidatos”.



Heráclito Fortes

Pode acabar punição para eleitor que não votar e não se justificar

O fim das sete restrições para o eleitor que deixar de votar e não se justificar no prazo legal está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O Código Eleitoral prevê multa de 5% a 20% do salário mínimo para o eleitor que não votar e não se justificar 30 dias após a eleição. Pelo projeto (PLS 244/06), a multa continua, mas o eleitor não poderá mais ser punido com a proibição de inscrever-se em concurso público.

Se a proposta for aprovada, o eleitor também poderá ob-

ter passaporte ou carteira de identidade e participar de licitação pública, entre outras atividades.

Segundo Marco Maciel (DEM-PE), autor do projeto, as restrições são de “constitucionalidade duvidosa”, por violarem princípios fundamentais como o da cidadania. O relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), apresentou parecer favorável à proposta.



Marco Maciel

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Paulo Paim • Cristovam Buarque • Eduardo Suplicy

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Papaléo defende aprovação de reforço para fundo ambiental

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou a passagem, no último dia 5, do Dia Mundial do Meio Ambiente, defendendo a aprovação de dois projetos que apresentou em 2005 para reforçar o fundo nacional para o setor.

O PLS 319 propõe a concentração dos recursos advindos das multas por infração ambiental no próprio Fundo Nacional do Meio Ambiente. O PLS 320, já aprovado no Senado, dá prioridade, no âmbito desse fundo, a projetos a serem desenvolvidos nos municípios com parte de suas áreas contidas em perímetro de parque nacional, no Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Papaléo lamentou que as propostas ainda não tenham sido aprovadas pelo Congresso.

O senador afirmou que o Amapá se situa em primeiro lugar no ranking da preservação ambiental, mas enfrenta "enormes problemas" para promover o desenvolvimento sustentável.

– Dispomos de enorme potencial de crescimento social e econômico, mas carecemos

enormemente de políticas estruturantes e investimentos nas mais diversas áreas – disse.

Os cinco municípios amapaenses que sediam o maior parque nacional do país, o das Montanhas do Tumucumaque – Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio –, com 3,8 milhões de hectares, ainda não receberam as políticas compensatórias previstas no decreto que o instalou em 2002, afirmou o senador. Enquanto isso, estão impedidos de dispor de parte considerável de seus territórios, sem condição de gerar riqueza.



Papaléo: Amapá enfrenta dificuldades para promover desenvolvimento

Cristovam sugere abandono do PIB como índice de medição da riqueza

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem a adoção pelos países de um novo índice de medição da riqueza produzida que seja mais abrangente que o produto interno bruto (PIB), atualmente utilizado.

O senador fez a sugestão após anunciar a divulgação, na França, de um trabalho dos economistas Joseph Stiglitz e Amartya Sen, propondo uma alternativa ao PIB. Os dois economistas, laureados com o Prêmio Nobel de Economia, produziram o estudo a pedido do presidente Nicolas Sarkozy.

Concordando com os pesquisadores, Cristovam considerou fundamental que a medição da riqueza produzida pelos países leve em conta valores imateriais, como a qualidade do sistema de saúde, de transporte coletivo e de educação. Ele observou também que a redução da jornada de trabalho, por exemplo, apesar do custo econômico inerente, precisa ser analisada como um benefício para a

sociedade, em razão do maior tempo livre que proporciona aos trabalhadores.

– A redução da jornada de trabalho traz vantagens que podem vir acompanhadas de custos. Mas hoje a gente considera apenas os custos. Eles [os autores do trabalho] afirmam ainda que a sociedade educada, em si, significa um aumento no bem-estar da coletividade, independente de qualquer impacto econômico. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o pronunciamento.



Para Cristovam, é fundamental levar em conta valores como o sistema de saúde

Suplicy lamenta morte de advogado da Pastoral Carcerária

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou a morte de Pedro Yamaguchi Ferreira, da Pastoral Carcerária da Igreja Católica, ocorrida em 1º de junho, ao nadar nas águas do rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Aos 27 anos, o advogado, filho do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), decidira morar na Amazônia para uma experiência missionária com a Diocese de São Gabriel.

O senador relatou que, ao chegar a São Gabriel da Cachoeira, Pedro Ferreira constatou que na cadeia da cidade estavam presos havia quatro anos, por pequenos crimes, cinco jovens. Ele teria, então, convencido a juíza a autorizar que eles trabalhassem em uma obra da Diocese.



Eduardo Suplicy

Valadares comemora reinauguração de palácio em Sergipe

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) saudou a reabertura do Palácio Olímpio Campos, antiga sede do governo estadual que passou por um processo de restauração e agora foi transformado em museu. Ele afirmou que o local é um dos símbolos da história política, cultural e arquitetônica de Sergipe. Inaugurado em 1863, o palácio foi reaberto no último dia 21 pelo atual governador do estado, Marcelo Déda (PT).

– Essa obra é também instrumento de turismo, de atração de turistas do próprio estado, de além-fronteiras e até do exterior, para visitação – salientou Valadares ao informar que, na restauração, o governo do estado investiu aproximadamente R\$ 5,7 milhões.



Antônio Carlos Valadares

Gim parabeniza o Universo/Brasília por conquista de título

O líder do PTB, senador Gim Argello (DF), parabenizou ontem a equipe de basquete Universo/BRB/Financeira Brasília, que, após derrotar o Flamengo por 76 a 74 em Anápolis (GO) neste final de semana, tornou-se campeão nacional do torneio Novo Basquete Brasil (NBB). O clube do Distrito Federal venceu a série final de cinco jogos contra a equipe carioca por 3 a 2.

Gim Argello cumprimentou especialmente o diretor do clube, Wellington Salgado, que é suplente do senador Hélio Costa (PMDB-MG) e o substituiu por cinco anos, enquanto este ocupou a pasta das Comunicações, no governo Lula. Em apartes, Paulo Paim (PT-RS) e Papaléo Paes (PSDB-AP) se associaram à manifestação.



Gim Argello

Parlamentares debateram ontem com o embaixador do Brasil no Mercosul, Regis Arslanian, restrição argentina à entrada de produtos alimentícios brasileiros



Representação Brasileira discutiu também projeto binacional para obra de transmissão da energia de Itaipu para Assunção

Impasse com a Argentina pode ser tratado no Parlasul

EM REUNIÃO COM o embaixador brasileiro no Mercosul, Regis Arslanian, a representação brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) debateu ontem a recente restrição da alfândega argentina a produtos alimentícios. Na semana passada, 20 caminhões da empresa Nutribras, que transportavam milho em conserva, foram impedidos de entrar na Argentina sob a alegação de que estava proibida a importação de produtos similares aos produzidos naquele país. Outras 80 carretas aguardam uma solução.

Segundo Arslanian, o governo argentino informou não ter dado qualquer orientação ofi-

cial para restringir a entrada de produtos alimentícios brasileiros e se comprometeu a investigar as causas do ocorrido.

Para o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o Parlasul contribuiu para uma solução. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), por sua vez, avalia que "o Parlasul tem que exercer o seu papel de fazer pressão sobre os governos que fazem parte do Mercosul".

Outro ponto discutido foi o projeto binacional para a construção de uma linha de transmissão elétrica entre a hidrelétrica de Itaipu e Assunção, capital do Paraguai, no valor de US\$ 400 milhões. Os recursos

serão do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focen), do qual participam os quatro países membros plenos do bloco.

O projeto será finalizado hoje e enviado aos respectivos embaixadores. Ainda esta semana, será apresentado à Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul para receber aprovação final antes da reunião, no próximo dia 15 de julho, do Conselho do Mercosul, em San Juan, na Argentina. Os presidentes dos quatro países deverão assinar o acordo para a construção da obra e lançar a pedra fundamental no dia 25 de julho.

Comissão debate atuação de médicos estrangeiros no país

Para facilitar a vinda de médicos e outros profissionais de saúde estrangeiros às regiões carentes do país – onde há falta desses profissionais –, tramita no Senado um projeto de lei que flexibiliza as exigências legais relativas à questão. Essa proposta (PLS 451/03) será tema de audiência pública hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A região amazônica – de onde vem o autor do projeto, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) – é uma das que sofrem com a falta de profissionais de saúde.

Por isso, ali se tornou recorrente a atuação de médicos de países próximos, como a Bolívia, ou de brasileiros que cursaram medicina naquele país.

Segundo Mozarildo, mais de 400 municípios brasileiros não contam com nenhum médico, enquanto as regiões Sul e Sudeste concentram a maioria desses profissionais.

De acordo com a proposta, poderão trabalhar no Brasil – desde que em regiões carentes de profissionais de saúde – estrangeiros de nível médio e superior que tiverem contrato



Mozarildo: mais de 400 municípios brasileiros não contam com médicos

de trabalho ou de serviço com organizações dos governos municipais, estaduais ou federal. Além disso, eles terão de portar visto temporário e possuir registro provisório em conselho regional de fiscalização.



Dezesseis novos procedimentos odontológicos têm cobertura obrigatória desde ontem, quando entrou em vigor resolução da ANS

Planos de saúde ampliam coberturas a segurados

Cobertura obrigatória de transplante de medula óssea por familiares ou banco de medula, de exame de imagem para identificação de câncer em estágio inicial e avançado e inclusão de 16 procedimentos odontológicos – como colocação de coroas e blocos dentários. Essas são algumas das mudanças previstas na Resolução Normativa 211 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 12 de janeiro de 2010. A norma entrou ontem em vigor e as mais de 1.500 operadoras serão obrigadas a oferecer 70 novas coberturas médicas e odontológicas, beneficiando 43.766.272 usuários. Neste *Especial Cidadania*, as mudanças determinadas pela ANS.

Novos procedimentos foram pedidos por consumidores

A revisão do *Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde* da ANS foi feita durante todo o ano passado. Reuniões de um grupo técnico – com representantes da Câmara de Saúde Suplementar, de setores da agência e de entidades convidadas – somaram-se a uma consulta pública que recebeu mais de 8 mil contribuições.

Os consumidores apresentaram 50% das demandas, seguidos pelos prestadores de serviços (28%) e pelas operadoras (13%), de acordo

com a ANS. Mais da metade das contribuições tratavam da inclusão de procedimentos. A agência promete revisar o rol de procedimentos, no mínimo, a cada dois anos.

As novas regras também incluem a cobertura, pelos planos coletivos, dos acidentes de trabalho e dos procedimentos de saúde ocupacional. As operadoras ainda deverão dar cobertura integral nos casos em que ofereçam internação domiciliar como alternativa à internação hospitalar.

Governo diz que mudanças não terão impacto no reajuste anual

A ANS deve anunciar este mês o reajuste anual para os planos de saúde. O governo garante que a ampliação das coberturas não acarretará aumento no índice a ser aplicado com data retroativa a 1º de maio. As regras fixadas pela agência se aplicam a contratos assinados a partir de 2 de janeiro de 1999, quando entrou em vigor a Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/98). Para os cerca de 10,4 milhões de usuários que têm planos de saúde anteriores a essa data, vale o contrato.

No entanto, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumi-

dor (Idec) afirma que, para os contratos antigos, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor, que considera abusivas e, portanto, nulas as cláusulas que excluem a cobertura de procedimentos necessários à assistência à saúde. O Idec critica ainda a não cobertura de transplantes que já são cobertos pela rede pública, como o de coração, de fígado e de pulmão.

– O Sistema Único de Saúde [SUS] permanecerá com o encargo de atender toda a população – alerta Daniela Trettel, advogada do Idec.

Mais consultas

Número anual de visitas a profissionais de saúde é ampliado

Fonoaudiólogo
... 6 → 24 ...

Nutricionista
... 6 → 12 ...

Terapeuta ocupacional
... 6 → 12 ...

Psicólogo
... 12 → 40 ...

Fonte: Assessoria de imprensa da ANS

O que muda

As 1.500 operadoras de planos de saúde deverão oferecer 70 novas modalidades de atendimento aos seus usuários

– Cirurgias por vídeo no tórax

São 26 novas cirurgias cobertas por esse método. Para diversas doenças, esse tipo de procedimento é menos invasivo que o convencional, pois não demanda abertura da caixa torácica.

– Exames laboratoriais

Os consumidores terão acesso a mais 17 novos exames, incluindo diversas dosagens de anticorpos para diagnóstico, como o anti-GAD (para diabetes) e exames para avaliação de imunodeficiências primárias.

– Odontologia

O tratamento odontológico fica mais completo com a inclusão de 16 novos procedimentos, como a colocação de coroa e bloco.

– Promoção à saúde e prevenção de doenças

Foram ampliados os números de consultas para nutricionistas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psicólogos. Entre os exames preventivos, estão o teste do olhinho (para recém-nascidos) e o teste rápido de HIV em gestantes.

– Exames de genética

Novos exames para orientação do tratamento de alterações cromossômicas em leucemias.

– Saúde mental

O atendimento em hospital-dia passa a ser ilimitado, uma alternativa à internação hospitalar.

– Transplante de medula óssea

Procedimento indicado em tratamentos de leucemias e outras doenças hematológicas. O transplante alogênico (de outro doador) é mais uma opção de tratamento, além do autólogo (retirado do próprio paciente), já coberto atualmente.

– Novas tecnologias

Entre os avanços da medicina que deverão ser cobertos pelos planos, estão o implante do marcapasso multissítio, utilizado no tratamento de insuficiência cardíaca refratária, o **PET-SCAN** oncológico e a **OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA**.

• **PET-SCAN** •
exame indicado em casos de câncer pulmonar e de linfomas.

• **OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA** •
procedimento aplicado no tratamento de gangrenas e algumas intoxicações e lesões traumáticas.

Fonte: Assessoria de imprensa da ANS

Saiba mais

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
Avenida Augusto Severo, 84 – Glória
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20021-040
Disque ANS: 0800 701 9656 – www.ans.gov.br

(11) 3862-9844
www.idec.org.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
Rua Desembargador Guimarães, 21 – Água Branca
São Paulo (SP) – CEP 05002-050

Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge)
Av. Paulista, 171, 11º andar – Cerqueira César
São Paulo (SP) – CEP 01311-904
(11) 3289-7511
www.abramge.com.br